



SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 79, DE 2018

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2017, que Institui o Programa Bicicleta Brasil (PBB) para incentivar o uso da bicicleta visando à melhoria das condições de mobilidade urbana.

PRESIDENTE EVENTUAL: Senador Dalirio Beber

RELATOR: Senador Eduardo Braga

04 de Setembro de 2018





Relatório de Registro de Presença
CAE, 04/09/2018 às 10h - 27ª, Ordinária
Comissão de Assuntos Econômicos

MDB			
TITULARES		SUPLENTE	
RAIMUNDO LIRA	PRESENTE	1. EDUARDO BRAGA	PRESENTE
ROBERTO REQUIÃO	PRESENTE	2. ROMERO JUCÁ	
GARIBALDI ALVES FILHO		3. JOSÉ AMAURI	
ROSE DE FREITAS		4. WALDEMIR MOKA	
SIMONE TEBET		5. AIRTON SANDOVAL	PRESENTE
VALDIR RAUPP	PRESENTE	6. DÁRIO BERGER	
FERNANDO BEZERRA COELHO	PRESENTE		

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)			
TITULARES		SUPLENTE	
GLEISI HOFFMANN		1. ACIR GURGACZ	PRESENTE
HUMBERTO COSTA		2. FÁTIMA BEZERRA	PRESENTE
JORGE VIANA	PRESENTE	3. PAULO PAIM	PRESENTE
JOSÉ PIMENTEL	PRESENTE	4. REGINA SOUSA	PRESENTE
LINDBERGH FARIAS		5. PAULO ROCHA	PRESENTE
KÁTIA ABREU		6. RANDOLFE RODRIGUES	

Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)			
TITULARES		SUPLENTE	
TASSO JEREISSATI		1. ATAÍDES OLIVEIRA	
RICARDO FERRAÇO		2. DALIRIO BEBER	PRESENTE
JOSÉ SERRA	PRESENTE	3. FLEXA RIBEIRO	PRESENTE
RONALDO CAIADO		4. DAVI ALCOLUMBRE	
JOSÉ AGRIPINO		5. MARIA DO CARMO ALVES	PRESENTE

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)			
TITULARES		SUPLENTE	
OTTO ALENCAR	PRESENTE	1. SÉRGIO PETECÃO	
OMAR AZIZ		2. JOSÉ MEDEIROS	
CIRO NOGUEIRA		3. GIVAGO TENÓRIO	PRESENTE

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PV, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PODE)			
TITULARES		SUPLENTE	
LÚCIA VÂNIA		1. RUDSON LEITE	
LÍDICE DA MATA	PRESENTE	2. CRISTOVAM BUARQUE	
VANESSA GRAZZIOTIN		3. VAGO	

Bloco Moderador (PTC, PTB, PR, PRB)			
TITULARES		SUPLENTE	
WELLINGTON FAGUNDES		1. PEDRO CHAVES	PRESENTE
ARMANDO MONTEIRO		2. CÁSSIO CUNHA LIMA	
VAGO		3. RODRIGUES PALMA	



Relatório de Registro de Presença

Não Membros Presentes

VICENTINHO ALVES

LASIER MARTINS



PARECER Nº , DE 2018

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2017 (Projeto de Lei nº 6.474, de 2009, na Casa de origem), do Deputado Jaime Martins, que *institui o Programa Bicicleta Brasil (PBB) para incentivar o uso da bicicleta visando à melhoria das condições de mobilidade urbana.*

Relator: Senador **EDUARDO BRAGA**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão de Assuntos Econômicos o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 83, de 2017, de autoria do Deputado Federal Jaime Martins, que *institui o Programa Bicicleta Brasil (PBB) para incentivar o uso da bicicleta visando à melhoria das condições de mobilidade urbana.*

O PLC possui nove artigos, dos quais o primeiro indica seu objeto, mais precisamente, busca incentivar o uso da bicicleta como meio de transporte, a ser implementado em todas as cidades com mais de vinte mil habitantes, visando a contribuir para a melhoria das condições de mobilidade urbana.



SF/18162.26361-29



O *caput* do art. 2º institui o Programa Bicicleta Brasil (PBB). Suas diretrizes estão contidas no parágrafo único: a criação de uma cultura favorável aos deslocamentos ciclovitários; a redução dos índices de emissão de poluentes; a melhoria da qualidade de vida nos centros urbanos e das condições de saúde da população; o desenvolvimento de ações voltadas para a melhoria do sistema de mobilidade ciclovitária; a inclusão dos sistemas ciclovitários nas ações de planejamento espacial e territorial; e a conscientização da sociedade quanto aos efeitos indesejáveis da utilização do automóvel nas locomoções urbanas.

O art. 3º estabelece objetivos adicionais para o PBB, quais sejam: apoiar Estados e Municípios na construção de infraestrutura ciclovitária; promover a integração da bicicleta ao transporte coletivo; divulgar os benefícios da bicicleta como meio de transporte; implantar políticas de educação para o trânsito que promovam a boa convivência das bicicletas com os demais veículos; estimular a implantação de rotas intermunicipais seguras para o deslocamento ciclovitário.

O art. 4º afirma que o PBB integra a Política Nacional da Mobilidade Urbana (objeto da Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012) e deve ser coordenado pelo órgão responsável por esta política, que atualmente é o Ministério das Cidades. Além disso, determina que a implementação das ações do PBB será efetivada pelos órgãos e entidades estaduais e municipais das áreas de desenvolvimento urbano, trânsito e mobilidade urbana; e por organizações não governamentais e empresas do setor produtivo. Estes últimos devem ingressar por meio de contrato ou parceria público-privada. Finalmente, será necessário um regulamento para acompanhamento e avaliação dos resultados do PBB.



SF/18162.26361-29



O art. 5º diz que atuação dos órgãos governamentais será voltada ao estímulo ao desenvolvimento de projetos de infraestrutura cicloviária; à implantação de ciclovias, ciclofaixas, e faixas compartilhadas; à construção de bicicletários e à instalação de paraciclos; à instalação de equipamentos de apoio aos usuários, como banheiros públicos e bebedouros; à implantação de sistema de locação de bicicletas; e a campanhas educativas.

O parágrafo único do *caput* exige que, nas cidades com mais de quinhentos mil habitantes, as ações do PBB devam ser compatíveis com o plano de transporte, “no qual deverão estar previstas, obrigatoriamente, a implantação de ciclovias e a promoção do transporte cicloviário”.

O artigo 6º estabelece como recursos do PBB uma parcela da arrecadação com multas de trânsito; um percentual a ser especificado em regulamento dos recursos da CIDE-Combustíveis; dotações orçamentárias; e doações de pessoas físicas e jurídicas.

O artigo 7º, mediante alteração ao Código de Trânsito Brasileiro, fixa em 15% a proporção das multas de que trata o artigo anterior.

O artigo 8º acresce à Lei nº 10.636, de 30 de dezembro de 2002, a hipótese de uso dos recursos da CIDE-Combustíveis para infraestrutura cicloviária.

O artigo 9º é a cláusula de vigência, que seria noventa dias após a publicação oficial.



SF/18162.26361-29



A matéria foi encaminhada às Comissões de Serviços de Infraestrutura (CI), onde recebeu parecer favorável, sem emendas, e a esta Comissão. Após análise da CAE, segue ao Plenário.

II – ANÁLISE

Compete à CAE, nos termos do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre o aspecto econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida por despacho do Presidente.

O autor da proposição que ora analisamos, em sua justificação, defende o programa como uma alternativa já adotada em outros países para buscar a sustentabilidade dos centros urbanos, haja vista ser a mobilidade urbana um dos maiores desafios do Poder Público na atualidade.

O alvo desse programa são as cidades com mais de vinte mil habitantes, número já adotado na Constituição Federal para a obrigatoriedade de elaboração de plano diretor de desenvolvimento urbano. Com a implantação do PBB, cidades que já desenvolvem ações para valorizar o transporte por bicicleta contarão com maior apoio, particularmente financeiro, e aquelas que ainda não o fazem se sentirão motivadas a desenvolver projetos como este.

Como já dito no relatório da CI, a arrecadação com multas de trânsito é da ordem de R\$ 9 bilhões anuais, o que significa que a fração de 15% representa cerca de R\$ 1,3 bilhão anuais de recursos orçamentários. Sobre a parcela da CIDE, o projeto não estabelece valores e sim a



SF/18162.26361-29



possibilidade de utilização dos recursos no desenvolvimento de projetos de infraestrutura ciclovária, dentre outros.

Por último, como sabemos, os recursos oriundos da arrecadação de multas de trânsito são destinados para a cobertura de gastos com sinalização, engenharia de tráfego, de campo, policiamento, fiscalização e educação de trânsito. Em relação à engenharias de tráfego e de campo, o Código de Trânsito Brasileiro prevê um conjunto de atividades voltado a ampliar as condições de fluidez e de segurança no trânsito. Nesse quesito, o Projeto *Programa Bicicleta Brasil* insere-se naturalmente.

II – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela adequação orçamentária e financeira do Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2017 e pela sua aprovação.

Sala da Comissão,

, Presidente

SENADOR EDUARDO BRAGA, Relator



SF/18162.26361-29

DECISÃO DA COMISSÃO

(PLC 83/2017)

**A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O
PARECER DA CAE, FAVORÁVEL AO PROJETO,.**

04 de Setembro de 2018

Senador DALIRIO BEBER

Presidiu a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos